

190				
			1659	1

# Impasse

## Demarcação de aldeia indígena em Mongaguá provoca conflito

Funcionários de fazenda impedem serviços programados pela Funai

FOTOS: FÁBIO OLIVEIRA

MÔNICA BATISTA  
Da Sucursal

A demarcação da Reserva Indígena Itaóca, em Mongaguá, iniciada, na semana passada, está gerando conflitos. Segundo a polícia, na última quinta-feira, cerca de 40 funcionários da Fazenda Itaóca tentaram impedir o trabalho da empresa Topografia Reta Construções Ltda., responsável pelos serviços. Eles abraçaram bananeiras e árvores nativas para impedir a abertura de picadas, onde serão colocadas as placas de identificação de reserva.

Agentes da Polícia Federal foram acionados para garantir a integridade física do procurador da República, Antônio Molina Dalóia e de Newton Machado Bueno, responsável pelo Posto da Funai/Litoral Sul. O administrador da Fazenda Itaóca, Marcelo Costa Ferreira de Freitas, foi detido e levado para a Delegacia da Polícia Federal, em Santos, sendo liberado após prestar depoimento.

Os proprietários da fazenda entraram com ação na Justiça com a finalidade de conseguir paralisar o processo de demarcação. Eles temem perder grande parte de suas terras.

Segundo Newton Machado Bueno, a demarcação abrangerá, no máximo, 50 hectares da fazenda. Conforme comentou, a reserva compreende uma área de 500 hectares. Na aldeia residem atualmente cerca de 35 famílias.

A Fazenda Itaóca, segundo o administrador, tem aproximadamente 932 hectares. A principal atividade é a produção de banana nanica, comercializada com redes



Agentes da Polícia Federal foram acionados para impedir atos de violência durante os trabalhos

de supermercados da região. A produção mensal varia de 20 mil a 30 mil caixas de 20 kg. A fazenda emprega 120 famílias.

O processo de demarcação da reserva foi iniciado há cerca de sete anos. Mas, o decreto homologando a demarcação administrativa de terras indígenas só foi publicado em 8 de setembro de 1998. Esse serviço já foi feito na da Aldeia Aguapeú, em Mongaguá.

**Atraso** — Embora o trabalho de demarcação da Aldeia Itaóca tenha sido iniciado dois anos após a

publicação do decreto, no Diário Oficial da União, a Fundação Nacional do Índio (Funai) ainda não definiu como será o processo de indenização das benfeitorias de posseiros, cujas propriedades estão sendo abrangidas pelos limites da reserva. O setor fundiário da Funai ainda não fez o levantamento.

Antônio Fernando Barbosa, um dos proprietários, alega que não recebeu qualquer notificação por parte da Funai ou de outro órgão do Governo Federal a respeito da demarcação. Ele disse que ficou surpreso com o início

dos trabalhos. "Isto tudo é um absurdo. Como transformar uma fazenda que existe há mais de 70 anos em uma reserva de índios que chegaram aqui há menos de quatro anos?"

O chefe da Funai/Litoral Sul disse que, no dia 9 de janeiro, ele e um engenheiro da Topografia Reta estiveram na fazenda e pediram autorização para entrar na área onde existe um local chamado picadão, que, até então, representava a divisa entre a fazenda e a aldeia. No local, há marcos da Cesp.



A Funai está afixando placas de identificação da reserva.

Decreto Federal colide com o Plano Diretor



Os vereadores Paulo Wiazowski Filho e Sebastião Ferreira Leite, de Mongaguá, estiveram ontem, na Fazenda Itaóca. Wiazowski é advogado da Associação dos Ruralistas de Mongaguá, fundada há cerca de dois anos.

Segundo eles, o decreto que homologou a demarcação das terras indígenas conflita com o Plano Diretor do Município que, entre outras diretrizes, estipula as áreas de expansão urbana da Cidade.

Para Wiazowuiski, a Funai deveria pagar a indenização antes de dar a posse das terras aos índios. "Isso que está acontecendo é uma invasão. Eles partem do princípio de que o Estado tudo pode".

Sebastião Ferreira Leite afirmou que as três últimas administrações municipais foram omissas em relação à questão indígena. Ele disse que há mais de quatro meses vem alertando as autoridades sobre as consequências da demarcação das terras.

"Eles colocam os índios nessas terras, mas a Funai não oferece condições para que tenham uma vida digna. É o Município que arca com os problemas de educação e saúde. A única coisa que os índios fazem é vender palmito na feira".

**Mais duas** — No Litoral Sul há oito aldeias sendo que seis delas já foram demarcadas. Segundo a Funai, as próximas serão a Paraíso e a Piaçaguera, em Peruíbe. Esta última foi criada no ano passado sendo que os índios estão ocupando uma área (cujos registros históricos denominam de Aldeia de São João Batista), onde existe uma mineradora.